

DECRETO Nº 23.612, DE 9 DE JANEIRO DE 2026.

Inclui os Anexos I ao VII no Decreto nº 23.567, de 5 de dezembro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho 2014 - que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam incluídos os Anexos I a VII no Decreto nº 23.567, de 5 de dezembro de 2025, conforme Anexos I a VII deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de dezembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 9 de janeiro de 2026.

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,
Procurador-Geral do Município.

ANEXO I

Formulário de Análise dos Documentos de Habilitação como Organização da Sociedade Civil (art. 34 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e inc. I do art. 26 do Decreto Municipal nº 23.567, de 5 de dezembro 2025);

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	ROL DE DOCUMENTOS (incluir link no SEI)	Observação
CNPJ: _____		
a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) , demonstrando sua existência jurídica há, no mínimo, 1 (um) ano , admitida a redução desse prazo por ato específico do Prefeito, na hipótese de nenhuma organização atingi-lo, nos termos do art. 25, inc. I, do Decreto Municipal nº 23.567, de 2025;	_____	
b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial , nos termos do art. 34, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014;	_____	
c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual , nos termos do art. 34, inc. V, da Lei nº 13.019, de 2014;	_____	
d) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade , com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles, nos termos do art. 34, inc. VI, da Lei nº 13.019, de 2014;	_____	
e) Certidões de regularidade	Município: _____ (válida até __/__/__) União: _____ (válida até __/__/__) Trabalhista: _____ (válida até __/__/__) FGTS: _____ (válida até __/__/__)	
f) Declarações	i) art. 39 da Lei nº 13.019/2014: _____ ii) art. 7º, XXXIII, da CF: _____ iii) negativa de doação eleitoral: _____	
g) comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado , nos termos do art. 34, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014. ***** contas de consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia e outras da espécie ou, ainda, por meio dos documentos necessários à comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, conforme § 7º do art. 25 do Decreto nº 23.567, de 2025.	_____	
Servidor(a) Responsável pela Conferência:		

ANEXO II

Formulário de Análise das Normas de Organização Interna da Organização da Sociedade Civil (art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014)

NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OSC ESTATUTO SOCIAL (<i>inserir link no SEI</i>)	CLÁUSULA ESTATUTÁRIA
a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; *serão dispensadas de atendê-lo as organizações religiosas e as sociedades cooperativas, devendo as últimas atender às exigências previstas na legislação específica, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.	
b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.	
c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; *serão dispensadas de atendê-lo as organizações religiosas e as sociedades cooperativas, devendo as últimas atender às exigências previstas na legislação específica, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014. **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.	
OUTROS REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS	DOCUMENTO (<i>inserir link no SEI</i>)
d) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo , comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico do Prefeito na hipótese de nenhuma organização atingi-lo, conforme art. 25, inc. XIV do Decreto Municipal nº 23.567, de 2025. **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.	
e) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014. ****rol de documentos não exaustivo contido no art. 21 do Decreto nº 23.567, de 2025.	
f) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014. ***não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia, nos termos do art. 33, § 5º, da Lei nº 13.019, de 2014. ****rol de documentos não exaustivo contido no art. 45 do Decreto nº 23.567, de 2025.	
Servidor(a) Responsável pela Conferência:	

ANEXO III

Formulário de Análise do Plano de Trabalho (art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 20 e 22 do Decreto nº 19.775, de 2017).

DECLARO que verifiquei a existência dos itens no Plano de Trabalho, conforme a tabela abaixo:

PLANO DE TRABALHO (<i>inserir link do SEI</i>)	NÚMERO DO ITEM DO PLANO DE TRABALHO
a) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;	
b) descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, dimensionados, sempre que possível, por critérios objetivos ;	
c) previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;	
d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;	
e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas , dimensionados, sempre que possível, por critérios objetivos ;	
f) o plano de trabalho está aprovado pela autoridade competente;	
g) conformidade com a sugestão de modelo contida no Anexo IV deste Decreto.	

*Observação:

O Plano de Trabalho deverá constar como Anexo ao Instrumento da Parceria (Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação) e deverá ser aprovado pela autoridade.

ANEXO IV

PLANO DE TRABALHO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR (se for o caso)

1.1 – Origem do recurso: Emenda Parlamentar – Câmara dos Vereadores
1.2 – Vereador:
1.3 – Número:
1.4 – Ano:
1.5 – Valor:
1.6 – Objeto: (Informar as atividades ou projetos que serão executados pela OSC, visando o alcance de finalidades de interesse público.)
1.7 - Existe vinculação a Parceirização já vigente com o Município: Se sim, indique o número do Termo de Parceria:

2 – IDENTIFICAÇÃO DO VALOR CAPTADO - FUNDOS MUNICIPAIS (se for o caso)

2.1 - Valor captado:	R\$0,00
2.2 - Percentual de retenção do Certificado:	0%
2.3 - Valor calculado de retenção	R\$0,00
2.4 - Valor líquido calculado	R\$0,00

3 – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		E-mail:	Site:
Cidade:	UF:	CEP:	DDD/Telefone:
Conta Corrente[1]:		Banco:	Agência:

Nº Conta Provisão:	Banco:	Agência
Nome do Representante Legal:		
Identidade/Órgão Expedidor:	CPF:	DDD/Telefone:
Endereço:	E-mail:	
Período de Mandato da Diretoria	Data início: Data fim:	

[1] A conta corrente deve ser específica à parceria, nos termos do art. 51 da Lei 13.019, de 2014.

4 – APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA PROPONENTE

Breve resumo da sua atuação, contendo, dentre outras, as informações abaixo:

3.1 – Ano de fundação:
3.2 – Foco de atuação:
3.3 – Experiência da OSC que a torna apta a realizar as atividades ou projetos objeto deste Plano de Trabalho:
3.4 – Quantidade de profissionais vinculados à OSC:

5 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

<p>5.1 – Identificação do objeto</p> <p>Especificar e descrever as atividades ou projetos que serão desenvolvidos com os recursos decorrentes da parceria.</p> <p><i>(Por exemplo: Desenvolvimento de ações e serviços de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 no bairro Restinga: Realização de testes rápidos nas comunidades para diagnóstico da COVID-19; criação de centros de triagem; orientação e encaminhamento dos infectados para as unidades de saúde competentes; etc.)</i></p>
<p>5.2 – Período de execução:</p> <p>a) Início:</p> <p>b) Término:</p>
<p>5.3 – Justificativa:</p> <p>Descrever com clareza e sucintamente as razões que levaram à proposição, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a localização geográfica a ser atendida, bem como os resultados e o impacto social que se pretende alcançar com a realização das atividades ou projetos.</p>

5.4 – Descrição da realidade que será objeto da parceria e demonstração do nexo entre a realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas:
5.5 - Impacto Social esperado com a execução do objeto da parceria.
5.6 – Forma de execução das atividades ou projetos:
5.7 – Espaço físico onde será realizado o objeto da parceria: Descrever em que(ais) loca(is) as atividades serão realizadas, se em espaços públicos como praças, postos de saúde ou outros próprios municipais, ou em CAR, na sede da proponente ou em campo. Informar endereço, responsável pelo local e quantidade de beneficiários atendidos. (Se aplicável informar o detalhamento do tipo de atendimento).
5.8 - Dias e horários de atendimento:

6 – METAS A SEREM ATINGIDAS

Descrever as metas a serem atingidas e as etapas e fases de execução, com o estabelecimento de critérios e indicadores que permitam o acompanhamento, controle e avaliação de desempenho da execução do plano (meios de verificação).

Objetivo	Metas a serem atingidas:	Definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas	Meios de verificação:
Para um objetivo poderá existir mais de uma meta e para uma meta poderá existir mais de uma atividade.	Exemplo: 1. Realização de 2.000 (dois mil) testes rápidos de COVID-19 por mês no bairro Restinga	Número de testes rápidos realizados no mês	<i>(Sistema de Informação de registro de testes realizados)</i>

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Fazer um planejamento, com as etapas determinadas e especificação de todas as atividades do projeto (sendo que o mês 01 corresponde ao primeiro mês de execução do projeto ou atividade, e assim sequencialmente).

Ativ.	Descrição da atividade	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Aquisição de testes rápidos COVID-19	12000 unidades	-	-	-	-	-	12000 unidades	-	-	-	-	-
2	Realização de testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes	2000 testes
3													
...													

8 – QUADRO RESUMO

Preencher o quadro resumo com as informações essenciais da parceria – atividades, metas, parâmetros para verificação das metas e prazo para o seu cumprimento.

Atividades	Metas a serem atingidas	Parâmetros de verificação quanto ao cumprimento da meta	Prazo de atingimento da meta
<i>Realização de testes rápidos de COVID-19</i>	<i>2.000 testes rápidos por mês</i>	Número de testes rápidos realizados no mês	01 Mês
...			

9 – PREVISÃO DA EQUIPE DE TRABALHO

Preencher o quadro com a descrição detalhada da equipe de trabalho que realizará a execução do objeto da parceria (cargo/função, CBO, tipo de atividade, modalidade de contratação, nível de escolaridade, remuneração bruta mensal, encargos, retenções/recolhimentos, benefícios, carga horária semanal, número de profissionais, entre outras informações).

10 – PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

10.1 – RECEITAS

Receitas	Valor
(1. Repasse do Município)	(R\$)
(2. Contrapartidas, se aplicável) (bens, aporte financeiro, serviços profissionais, entre outros)	(R\$)
TOTAL:	R\$ (...)

10.2 – DESPESAS

(Observar que as despesas devem estar relacionadas à execução da parceria, sendo vedada a utilização para finalidade alheia ao objeto informado.)

Natureza da despesa	Detalhamento	Valor
1. Pagamento de pessoal	- (nutricionista)	(R\$)
	- (...)	(...)
		Subtotal:
2. Serviços de terceiros	- (...)	(...)
		Subtotal:
3. Material de consumo	- (...)	(...)
		Subtotal:
4. Material permanente	- (...)	(...)
		Subtotal:
...	- (...)	(...)
Outros (descrever)		Subtotal:
TOTAL:		R\$ (...)

(Fica permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto da parceria e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação de referidos equipamentos e materiais.)

11 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Preencher os valores em Reais

Especificação	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1. Pagamento de pessoal						
2. Serviços de terceiros						
3. Material de consumo						
4. Material permanente						
... Outros (descrever)						
Especificação	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1. Pagamento de pessoal						
2. Serviços de terceiros						
3. Material de consumo						
4. Material permanente						
... Outros (descrever)						
TOTAL:						R\$ (...)

12 – CONTRAPARTIDA (SE HOUVER)

Descrever neste campo as informações da contrapartida, se houver.

Local e data

Assinatura e identificação do titular do órgão competente

ANEXO V

SOLICITAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE REPASSE - Parcerias

De acordo com o Termo de Parceria nº xx.xxx/20xx (link do SEI) e alterações, que tem como objeto _____, e com base nos artigos 48 e 49, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no artigo 39, 42, do Decreto Municipal nº 23.567, de 2025, solicito o repasse no valor de R\$ _____, referente à competência de (informar mês/ano) ou parcela xx/xx.

Quanto a execução do objeto e o cumprimento da finalidade da parceria, informo: _____.

Quanto a regularidade na apresentação de documentos para a prestação de contas, informo: _____.

Quanto a recomendação de glosa de valores, informo: _____.

Os relatórios técnicos de monitoramento constam no Processo SEI (referir nº processo SEI atualizado com os relatórios trimestrais).

1. REGULARIDADE FISCAL E DECLARAÇÕES

Os documentos atualizados (Certidões e Declarações) estão disponíveis no processo SEI (referir nº processo SEI).

- 1.1. Certidão Conjunta Tributos Federais (nº doc. SEI);
- 1.2. Certificado de Regularidade FGTS (nº doc. SEI);
- 1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (nº doc. SEI);
- 1.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais (nº doc. SEI);
- 1.5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais (nº doc. SEI);
- 1.6. Certidão negativa correccional CGU (nº doc. SEI)
- 1.7. Declaração Unificada (nº doc. SEI);

2. PORTARIA NOMEAÇÃO DE GESTORES

- 2.1. Portaria atualizada de Gestores da Parceria (nº doc. SEI).

Documento assinado eletronicamente pelo(a) gestor(a) da Parceria

(Obs.: no primeiro repasse da Parceria os itens não aplicáveis devem ser preenchidos com “não se aplica”).

ANEXO VI

MODELO DE NOTIFICAÇÃO

À RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE
CNPJ XXXX

O Município, através do (indicar o órgão/Secretaria) vem NOTIFICAR a entidade (indicar a RAZÃO SOCIAL), CNPJ (indicar o número do CNPJ), da intenção de aplicação da sanção de (descrever as intenções de sanção de acordo com o Termo), em função de (descrever justificativa).

A notificada possui Parceria firmada com o Município de Porto Alegre, através do (indicar órgão/Secretaria), sob o nº (informar nº do Termo), para realizar (informar objeto da parceria).

Pelo exposto, o Município de Porto Alegre, por intermédio do gestor da parceria, designado por meio da Portaria nº (indicar o número da Portaria), delibera a intenção de aplicar a sanção de (descrever conforme termo), conforme o(s) inciso(s) (indicar os incisos das sanções de acordo com o previsto no art. 73 da Lei nº 13.019 de 2014).

Fica concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município de Porto Alegre - DOPA, para apresentação de defesa prévia. O processo (informar o processo SEI que tramita a intenção de sanção) encontra-se à disposição dos interessados.

A defesa prévia contendo a identificação da entidade deverá ser entregue no (indicar o órgão/Secretaria), sito à Rua (informar endereço completo), ou ainda através do correio eletrônico (indicar o endereço de e-mail).

Porto Alegre, xx de xxx de 20xx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor da Parceria

ANEXO VII

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ou

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

ou

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

PROCESSO: _____

ACORDO DE COOPERAÇÃO / TERMO DE FOMENTO / COLABORAÇÃO REGISTRADO SECON:

MUNICÍPIO: Município de Porto Alegre, através da Secretaria _____

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

OBJETO: *(descrever expressamente o projeto/atividade que será objeto da parceria, os destinatários e demais informações essenciais ao controle social)*

MODALIDADE: Chamamento Público nº ou Dispensa/Inexigibilidade de Chamamento Público nº
_____.

DATA DA ASSINATURA: _____

PRAZO DE EXECUÇÃO: _____

PRAZO DE VIGÊNCIA: _____

VALOR: _____

ORIGEM DE RECURSOS: _____

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: _____

BASE LEGAL: _____

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

NOME DE QUEM ASSINOU O EXTRATO, Respectivo cargo.